

# A história do PCP na Revolução dos Cravos

RAQUEL VARELA

*Lisboa: Bertrand, 2011, 399p.*

ÂNGELO NOVO\*

Na história da história portuguesa, esse livro ficará registado como a obra que dissipou definitivamente um dos mais extraordinários e persistentes equívocos da época contemporânea: o absurdo mito de que o Partido Comunista Português (PCP) visou acaparar-se do poder por intermédio de um golpe de mão, entre o verão e o outono de 1975, tendo finalmente tentado a sua sorte – e falhado, no dia 25 de novembro daquele ano. Como acontece com muitos equívocos, esse aqui deveu grande parte da sua longevidade a um certo pacto de entendimento tácito entre o caluniador e o caluniado. A direita thermidoriana quis justificar o seu real golpismo antioperário invocando o papão de um imaginário golpismo comunista. Ao PCP interessou manter uma certa aura nebulosa de ortodoxia “leninista”, o que implicava, pelo menos, a disponibilidade para encarar jogar, alguma vez, a cartada da insurreição proletária.

De 35 anos para cá vive-se esse insustentável paradoxo: o de que um dos fundadores de fato do atual regime político democrático-liberal é oficialmente proscrito do mesmo. O partido que manteve viva a chama da resistência ao fascismo durante 48 anos e que emergiu da clandestinidade, em luta, para a luz da liberdade, em 25 de abril de 1974 repudiou a paternidade dessa nova república (que, no entanto, lhe cabe por inteiro) e foi por ela votado a um ostracismo vo-

---

\* Investigador independente português. Site: <<http://www.ocomuneiro.com/angelonovo>>.

luntariamente assumido. É certo que não era essa a “democracia” na qual o PCP acreditou e pela qual lutou, mas foi essa a que resultou da sua atuação política concreta. O desfazamento entre uma e outra é da sua inteira responsabilidade, como resultado dos seus equívocos teóricos e da sua errônea avaliação da situação histórica mundial então vivida.

Seguidor fiel da linha moscovita da “coexistência pacífica”, o PCP de Álvaro Cunhal acreditava numa “revolução democrática e nacional” que derrubaria o fascismo em Portugal, instaurando um regime de democracia progressiva em transição pacífica para o socialismo, com base numa ampla aliança de classes “antimonopolistas” e “anti-imperialistas”. Essa estratégia seria sustentada, em nível mundial, no avanço imparável do “glorioso campo do socialismo”, ainda que o país se mantivesse formalmente integrado no espaço geopolítico atlantista. Não acreditava que Portugal pudesse ver instaurada uma democracia liberal burguesa ao estilo ocidental. Seria ou a ditadura terrorista dos monopólios ou uma democracia – que, depois, haveria de ser apelidada de “avançada” – operando uma constante socialização dos meios de produção por intermédio de um esclarecido dirigismo estatal.

No verão de 1975, a revolução portuguesa atingiu o mais elevado paroxismo, pedindo uma resolução qualquer para a extrema agudização do confronto de classes. O Movimento das Forças Armadas (MFA), que dirigia todo o processo político, cindiu-se em três fações. A direção do PCP afastou-se então decididamente de toda esquerda revolucionária (aí incluídos os seus aliados militares), acabando depois por pactuar com o golpe militar da normalização constitucional. Mas o “processo democrático” em que o partido embarcou então não foi aquele que se esperava. Entre o PCP e o regime foi-se cavando cada vez mais fundo uma espécie de abismo semântico: para a burguesia, o PCP não era uma força “democrática” e não poderia mais aceder à área do poder enquanto se não convertesse em tal; para o PCP era o regime que, devido às continuadas “políticas de direita” prosseguidas pelas sucessivas maiorias governamentais (com as quais se recusava a colaborar), se afastava cada vez mais da sua raiz “democrática”.

O mito fundador do regime – a tentativa de “golpe comunista” – selava retrospectivamente esse desentendimento, mas era um rei que passeava demasiado nu. Passada uma geração, as máscaras caíram definitivamente. Fosse só isso e já seria um serviço inestimável que ficaríamos a dever a essa jovem investigadora (nascida alguns anos após tais fatos), independentemente dos méritos intrínsecos da sua demonstração. Devemos-lhe esse reconhecimento, até porque ela terá que encarar – começou já a fazê-lo – as consequências da sua ousadia. Mas esse livro de Raquel Varela, versão editada da sua tese de doutorado em História Política e Institucional, tem muito mais no seu ativo.

Essa obra oferece uma investigação extensa e sistemática entre a documentação política e a imprensa da época, dando-nos um registo vivo da sua pulsação política e social. Para além disso, são consultados arquivos estrangeiros, como os do Foreign Office britânico, em que foi colhida a preciosa informação de que,

no início de maio de 1974, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista (PS), fez campanha por várias chancelarias europeias a favor da entrada do PCP para o governo provisório. O objetivo era corresponsabilizá-lo pelo controle da situação social no país, para além de evitar a realização imediata de eleições. Muito interessante é também o registo da mutação da perspectiva histórica que o PCP foi tendo sobre o golpe de 25 de novembro, de cuja verdadeira profundidade reacionária só se apercebeu (ou só reconheceu) muito mais tarde. Arriscaríamos dizer que foi a queda do muro de Berlim que despertou em Álvaro Cunhal a consciência da derrota sofrida em 25 de novembro de 1975.

No nível do enquadramento teórico e das analogias empregadas, faz-se sentir nesse livro a influência da tradição historiográfica fundada por Léon Trotsky. De nossa parte não cremos que seja possível dissecar comparativamente revoluções – ainda mais histórica, social e geograficamente tão distantes, tais como a russa e a portuguesa – como se fossem organismos que possam se sobrepor anatomicamente. Daí resultarão muito mais equívocos e a objurgatória política fácil do que um efeito real de conhecimento. Nesse particular, revela-se especialmente problemática a equiparação do PCP aos mencheviques, para lá de um imediato efeito literário de inegável eficácia.

Não chegamos a perceber porque a autora considera que o general Vasco Gonçalves e a “esquerda militar” constituíram uma “ameaça bonapartista” para Portugal em 1975. Não há aqui espaço para debater a questão, mas cremos que está bastante longe do conceito marxista de bonapartismo. A título de curiosidade, verificamos que, para o trotskista argentino Nahuel Moreno – “Revolución y contrarrevolución en Portugal”, disponível no Marxists Internet Archive –, os governos provisórios do “bloco MFA-PC-PS” formaram um regime “kerenskista”, do qual se destacou, por fim, a tendência contrarrevolucionária... “bonapartista” dirigida por Vasco Gonçalves.

Enfim, uma outra questão sobre a qual a obra de Raquel Varela revela um comprometimento teórico prévio é a da dualidade de poder. Não nos parece que a emergência e o desenvolvimento de formas institucionalmente autônomas e geneticamente puras de poder proletário possam servir de critério absoluto e requisito indispensável para avaliar o caráter socialista de uma revolução. Dependendo em muito da concreta configuração histórica do aparelho de Estado em causa e da dinâmica da luta de classes, o assalto ao poder pelas classes produtoras pode tomar a via da ocupação das instituições burguesas, para as subverter por dentro, ou pode seguir um amplo e imprevisível leque de processos híbridos, nos quais órgãos e instituições “velhos” se imbricam com “novos”, para formar um aparelho de poder fundamentalmente novo, a serviço de uma nova dominação social.

Vigorosa e bem sustentada do ponto de vista acadêmico, com dois ou três apontamentos discutíveis entre marxistas, essa obra de Raquel Varela passará a constituir importante patrimônio e referência para quem quiser estudar tal período na história recente portuguesa e preparar as suas possíveis sequências.

